

PROJETO DE LEI Nº 834, DE 2016

Proíbe a exploração do gás de xisto no Estado de São Paulo pelo método de fratura hidráulica *fracking*.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica proibida a exploração do gás de xisto no Estado de São Paulo pelo método de fratura hidráulica *fracking*.

Parágrafo único - Além do método deste artigo, a proibição se estende às demais modalidades de exploração do solo que possam ocasionar contaminações do lençol freático e demais acidentes ambientais ou prejudiciais à saúde.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Brasil possui a 10ª maior reserva tecnicamente recuperável de *shale gas* do mundo, de acordo com relatório publicado pela *U.S. Energy Information Administration* em 2013.

A importância da mencionada fonte energética para o abastecimento da indústria, para o desenvolvimento econômico do país é inegável. Mas, é de mérito entender que todas as decisões necessitam de avaliações sob diversos ângulos e, como é sabido por todos não podemos obter o pleno desenvolvimento econômico, se esse não for sustentável, de modo a não degradar o meio ambiente ou buscar, ao máximo, evitar sua degradação, preservando os recursos naturais para as gerações futuras.

O Desenvolvimento sustentável significa: “Atender às necessidades da atual geração, sem comprometer a capacidade das futuras gerações em prover suas próprias demandas.” Isso quer dizer: usar os recursos naturais com respeito ao próximo e ao meio ambiente. Preservar os bens naturais e à dignidade humana. É o desenvolvimento que não esgota os recursos, conciliando crescimento econômico e preservação da natureza.

A primeira etapa para conquistar o desenvolvimento sustentável é reconhecer que os recursos naturais são finitos. Usar os bens naturais, com critério e planejamento. A partir daí, traçar um novo modelo de desenvolvimento econômico para a humanidade.

A extração do gás de “xisto” pela técnica de faturamento hidráulico é de grande preocupação dos ambientalistas, considerando a possibilidade de vazamentos nos poços de faturamento hidráulico, pois, nesses locais, a água, produtos químicos e areia são bombeados em alta pressão de forma vertical, para fraturar o xisto do subsolo, o solo, os lençóis freáticos e a atmosfera podem ser contaminados com substâncias nocivas à saúde.

Documentos sobre a técnica de fraturamento hidráulico – *fracking* – elencam os seguintes riscos ocasionados pela extração do gás de xisto: a) vazamento de hidrocarbonetos, principalmente metano e etano, até a superfície com emissão de gases de efeito estufa, ou corpo de água provocando sua contaminação; b) ocorrência ou aumento na frequência de abalos sísmicos; c) contaminação de lençóis freáticos com produtos químicos utilizados nos fluídos para o faturamento; d) utilização de grande volume de recursos hídricos; e) geração e disposição final de efluentes decorrentes da atividade.

Além de todos os riscos pontuados, ambientalistas chamam a atenção para a técnica de fraturamento hidráulico, também, na questão de compostos e substâncias químicas com as funções de ajustadores de PH, ativadores de reticulação, bactericidas, estabilizadores de gel para alta temperatura, agentes de sustentação, quebradores de gel, redutores de filtrado, estabilizadores de argilas, tensoativos, entre outras, havendo relatos em documentários sobre a utilização de elementos como o arsênico, glicol e elementos radioativos, com potencial cancerígeno, considerando que muitos desses compostos encontram-se protegidos pelo segredo industrial, o que impossibilita a verificação de sua verdadeira composição e possibilidade de impacto ambiental.

Diante das incertezas e perigos ao meio ambiente, baseado nos Princípios Constitucionais da Precaução e da Prevenção, uma vez que, além de se revelar um risco conhecido ao meio ambiente, a hipótese denota dúvida ou incerteza científica quanto a alguns dos efeitos acarretados ao meio ambiente pela atividade de extração do gás xisto pelo método fraturamento hidráulico – *fracking*, afora à saúde humana, é o objetivo do presente Projeto de Lei com a proibição de que tal atividade seja realizada no Estado de São Paulo, nos dando a oportunidade de proteger nossas reservas naturais de água potável, sobretudo as do Aquífero Guarani – a maior reserva de água doce subterrânea do planeta, com 70% de sua ocorrência em subsolo brasileiro, e, portanto, a grande esperança da humanidade porque é suficiente para abastecer toda a população da Terra por 200 anos - as lavouras, os animais e a espécie humana. Por isso, solicito o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis para a aprovação da presente matéria.

Sala das Sessões, em 16/11/2016.

a) Ed Thomas - PSB